

5/6/93
32
JT

11A

LEI DA MATA ATLÂNTICA DEVE DEMORAR A SAIR

Pressão da bancada ruralista pode atrapalhar

Mesmo com a boa receptividade e o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso para apressar o projeto de lei que define os domínios e protege o que restou da Mata Atlântica, o deputado federal e autor do projeto Fábio Feldmann (PS-DB) não acredita que ele deva ser votado ainda este mês. O motivo seriam as constantes pressões da bancada ruralista, principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que não quer nem conversar sobre o assunto, alegando que a lei acarretaria no término das propriedades rurais de qualquer porte.

Defendendo o uso sustentável da Mata Atlântica, Feldmann explica que a lei irá estimular o desenvolvimento econômico, mas sempre amparado em leis restritivas.

“Uma coisa independe da outra, as leis restritivas são necessárias. Mas, ao mesmo tempo que as restrições são impostas, cria-se estímulos de compensação, como a exploração sustentável do palmito e o incentivo ao ecoturismo.”

No projeto de Feldmann há tratamento especial para os pequenos agricultores. Quem tiver até 40 hectares pode utilizar a terra sem ter de pedir autorização para o Ibama. O deputado não acredita que isso irá incentivar os desmatamentos, mesmo com os últimos relatórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontando como áreas de maior devastação os pequenos focos.

“Não dá para ignorar a necessidade de os pequenos plantarem para sobreviver, essa é uma alternativa de baixo impacto. Mas, hoje, os maiores responsáveis pelo desflorestamento são os pastos de pecuária e os empreendimentos imobiliários nas áreas de restinga.”

A lei deve acabar com uma antiga polêmica sobre o que é Mata Atlântica. Existe um consenso de que ela abrange não só a floresta ombrófila (que depende de chuva) densa, como também os ecossistemas associados (restinga, por exemplo), mas na teoria ela representaria apenas a floresta ombrófila.

De acordo com os cálculos dos ambientalistas, a área remanescente de Mata Atlântica equivale, atualmente, a 8 ou 9 milhões de hectares. Somente de 1990 a 1995, meio milhão de hectares foram devastados.

É por isso que eles alertam para a urgência da votação da lei (e consequente definição dos limites), que tramita no Congresso há seis anos.

Basicamente, o decreto 750/93, ainda em vigor, prevê os mesmos conceitos que a lei da Mata Atlântica. No entanto, segundo Feldmann, ele pode ser revogado a qualquer hora. O deputado admite que além da lei, é necessário a implantação de políticas públicas de sustentabilidade para garantir a efetiva preservação por meio da criação de interesses econômicos na região.

Camila Garcia



Feldmann: projeto

Arquivo/AE